



TCESP

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



244331

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (DIPE)

Especialidade: **CIÊNCIAS ATUARIAIS**

(OPÇÃO: 001)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto I a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

IA e as tendências do futuro

O uso da inteligência artificial (IA) já é uma realidade em todo o mundo, provocando mudanças profundas em todos os ramos da atividade humana, incluindo os negócios. Além disso, trata-se de uma ferramenta à disposição de qualquer pessoa que possua um smartphone ou notebook.

Constatar essa realidade implica também reconhecer que nenhum exercício de futurologia conseguirá prever todas as consequências dessas mudanças. Porém, essas possibilidades têm de ser estudadas de modo a identificar tendências e preparar governos e empresas para conviver com a revolução tecnológica.

Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de maio de 2025, anota o seguinte: “A obtenção de taxas mais elevadas de adoção de IA pode aumentar a produtividade do trabalho e gerar outros resultados desejáveis, como menores taxas de defeitos na produção, reduzindo a necessidade de insumos materiais. As informações para políticas públicas provenientes deste e de outros estudos comparáveis provavelmente se tornarão mais importantes à medida que mais empresas buscarem se tornar usuárias ativas de IA”.

Esses temas serão debatidos no Futura Trend, evento que terá em pauta o processo acelerado de transformação digital e os impactos da inteligência artificial generativa na reconfiguração da sociedade, na educação e na economia. Será debatida, também e de forma aprofundada, a questão do letramento digital e da educação, a partir da primeira infância, para o acesso à tecnologia, o que evitará mais uma geração de excluídos da era digital, como aconteceu nos anos 1990 e início do ano 2000.

O seminário, portanto, está inserido no grande debate que hoje mobiliza países de todo o mundo para estudar as tendências que regularão a sociedade permeada pela inteligência artificial.

(Editorial, 06.08.2026. Disponível em: www.opovo.com.br. Adaptado)

01. Ao analisar a inteligência artificial no cotidiano da sociedade contemporânea, o editorial deixa claro que

- (A) as mudanças tecnológicas superaram desafios para sua implementação graças a políticas públicas eficientes para enfrentá-los.
- (B) a preparação precoce para acesso à tecnologia é matéria de discussão, à vista de sua importância para a inclusão digital.
- (C) a performance dela já está demonstrada, não se justificando especulações acerca de eventuais efeitos das mudanças na sociedade.
- (D) a crítica que se faz à sua adoção em áreas sensíveis, como a educação digital, é justificada pelo risco de desinformação.
- (E) a IA é uma ferramenta indispensável e acessível, ainda que seus efeitos negativos deixem de ser combatidos pela sociedade.

02. A construção entre parênteses que substitui o trecho destacado, em conformidade com a norma-padrão de regência e de crase, é:

- (A) Constatar essa realidade **implica** (...) reconhecer que nenhum exercício de futurologia... (leva à)
- (B) ... ferramenta à disposição de qualquer pessoa **que possua um** smartphone... (tenha acesso à qualquer)
- (C) ... grande debate que hoje **mobiliza** países de todo o mundo para estudar as tendências... (conclama à muitos)
- (D) ... preparar governos e empresas para **conviver com a** revolução tecnológica. (adaptar-se à)
- (E) ... essas possibilidades têm de ser estudadas de modo a **identificar** tendências... (reconhecer à todas as)

03. Assinale a alternativa em que o trecho entre parênteses substitui o trecho destacado, de acordo com a norma-padrão e com sentido compatível com o original.

- (A) As informações para políticas públicas **provenientes deste e de outros** estudos comparáveis provavelmente se tornarão mais importantes... (nas quais provieram este e outros)
- (B) ... educação, a partir da primeira infância, para o acesso à tecnologia, **o que evitará** mais uma geração de excluídos da era digital... (a qual poupará)
- (C) ... grande debate **que hoje mobiliza países de todo o mundo** para estudar as tendências que regularão a sociedade permeada pela inteligência artificial. (cujos países de todo o mundo são mobilizados)
- (D) ... provocando mudanças profundas em todos os ramos da atividade humana, **incluindo** os negócios. (em que abrange)
- (E) Esses temas serão debatidos no Futura Trend, evento **que terá em pauta** o processo acelerado de transformação digital e os impactos da inteligência artificial... (em cuja pauta estarão)

04. A IA é uma ferramenta acessível a _____ cidadãos que _____ de um smartphone ou um notebook. Hoje, mais de um brasileiro a _____ em seu cotidiano, e o uso irrestrito dessa tecnologia se consolidará quando se _____ as consequências de sua adoção.

De acordo com a norma-padrão de emprego dos verbos e de concordância, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) quaisquer ... dispuserem ... utiliza ... previrem
- (B) quaisquer ... disporem ... utilizam ... previrem
- (C) quaisquer ... disporem ... utilizam ... preverem
- (D) qualquer ... dispuserem ... utiliza ... prever
- (E) qualquer ... dispuserem ... utilizam ... previr

Leia o texto II a seguir para responder às questões de **05 a 07**:

A conta que a IA não fechou

A corrida pela inteligência artificial levou muitas empresas a acreditar que seria possível substituir profissionais por tecnologia de forma rápida e com redução de custos. Contudo, a realidade começa a mostrar que essa decisão nem sempre produz os resultados esperados.

Começamos a ver as organizações recontratando funcionários que haviam sido dispensados após a adoção de sistemas de IA. O movimento, conhecido como *AI boomerang*, evidencia que eficiência não depende apenas de velocidade, mas também de conhecimento, contexto e capacidade de decisão.

A inteligência artificial é extremamente competente para automatizar tarefas repetitivas, organizar grandes volumes de dados e apoiar processos. No entanto, ainda apresenta limitações quando precisa interpretar cenários complexos, compreender nuances, lidar com situações inesperadas ou construir relações de confiança com clientes e parceiros.

O caso da Ford ilustra bem essa realidade. Após ampliar o uso da IA em determinadas operações, a empresa percebeu que a tecnologia não conseguia entregar, sozinha, o padrão de qualidade esperado e trouxe de volta especialistas técnicos para atuar em conjunto com sistemas automatizados.

(Sílvia Letícia, *Artigos*, 06.08.2026. Disponível em: www.opovo.com.br/)

05. Consta-se que os textos I e II são tematicamente vinculados. Um aspecto que se destaca no tratamento que eles dão ao tema é:

- (A) texto II aponta certo ceticismo da autora em relação à ideia, no texto I, de que o uso da IA direcionará a definição de políticas públicas.
- (B) ambos os textos enfatizam a importância da aplicação da IA e reconhecem sua autossuficiência insuperável.
- (C) o texto II suscita uma discussão ausente no texto I, ao apresentar fatos que já representam restrições no uso da IA.
- (D) ambos os textos passam ao largo de questionamentos que possam colocar em xeque a necessidade da IA para a sociedade.
- (E) o texto I aponta dados de utilização da IA na formação de crianças e jovens, dados esses que são contraditados pelo texto II.

06. A expressão destacada que, no contexto, está empregada em sentido figurado é:

- (A) ... **eficiência** não depende apenas de velocidade, mas também de conhecimento... (2º parágrafo)
- (B) ... ainda apresenta limitações quando precisa interpretar **cenários** complexos... (3º parágrafo)
- (C) ... essa **decisão** nem sempre produz os resultados esperados. (1º parágrafo)
- (D) A inteligência artificial é extremamente competente para automatizar **tarefas** repetitivas... (3º parágrafo)
- (E) ... a empresa percebeu que a tecnologia não conseguia entregar, sozinha, o **padrão** de qualidade esperado... (4º parágrafo)

07. Observe os termos em destaque nas passagens:

... eficiência não depende apenas de velocidade, **mas também** de conhecimento, contexto e capacidade de decisão. (2º parágrafo)

... a empresa percebeu que a tecnologia não conseguia entregar, sozinha, o padrão de qualidade esperado **e** trouxe de volta especialistas técnicos... (4º parágrafo)

Esses termos relacionam as afirmações em sequência, introduzindo entre elas aspectos semânticos compatíveis com as ideias, respectivamente, de

- (A) restrição e efeito.
- (B) oposição e acréscimo.
- (C) contraste e conclusão.
- (D) acréscimo e contraste.
- (E) acréscimo e consequência.

Leia o trecho da crônica “Minhas fila” a seguir para responder às questões de **08 a 12**:

A fila é um sofrimento. É mesmo? Depende de como você encara uma fila. Em primeiro lugar, você não pode levar a fila a sério. Existem filas e filas. Uma fila de banco, por exemplo, é completamente diferente de uma fila de padaria.

A pior fila, por consenso, é a fila do banco. Sim, você começa a sofrer com ela no dia anterior. Amanhã vou ter de ir ao banco. E você já dorme com aquela fila na cabeça. Sonha com ela. Ela vai até à rua. Ninguém está feliz na fila do banco, já notou? O sujeito que está ali está sofrendo. Já chega sofrendo. Ele sabe que vai sair dali um pouco mais pobre, no mínimo.

Mas o pior na fila do banco é que a gente, que está mais atrás, olha a quantidade de papelzinho que o da frente tem na mão e logo pensa: isso vai longe. E quando a menina do caixa pede licença e sai para obter uma orientação do gerente lá na outra sala? Todo mundo olha o relógio. E a inveja que a gente fica do segundo da fila? Dá vontade de matar o sujeito. E aquele que disfarça? Está só com um papelzinho na mão. Mas quando chega na vez dele, abre uma pasta. Uma pasta!

Mas toda fila tem seus encantos (basta saber curtir). Menos a fila da fome, esperando comida. Não dá para olhar para a foto (na primeira página dos jornais) daqueles brasileiros e fazer brincadeira. Aquela fila é uma coisa muito séria, gente.

(Mário Prata, *Minhas tudo*. Adaptado)

08. A leitura do relato acerca da fila de banco leva a reconhecer que o narrador

- (A) recomenda ao leitor adotar alguns comportamentos que permitem evitar a ansiedade, tais como ficar alheio ao ambiente.
- (B) imagina-se no lugar de quem aguarda na fila e disfarça a insatisfação de ser obrigado a estar naquele local, esperando a fila andar.
- (C) expressa, em tom irônico, como se habituar a situações que causam sofrimento antecipado, rendendo-se ao inevitável.
- (D) representa de forma bem-humorada sentimentos e expectativas de quem enfrenta a espera, colocando-se, com o leitor, na situação.
- (E) revela-se inconformado por ver como as pessoas são submetidas a longa espera para atendimento, mesmo pagando pelo serviço.

09. Tal como empregada no contexto, a palavra “consenso” (2º parágrafo) tem sinônimo e antônimo, respectivamente, em:

- (A) acordo e dissensão.
- (B) certeza e desacordo.
- (C) anuência e menosprezo.
- (D) concordância e distorção.
- (E) conforto e desconforto.

10. Assinale a alternativa em que a colocação dos pronomes está em conformidade com a norma-padrão.

- (A) Amanhã vou ter de ir ao banco; infelizmente sujeitarei-me a essa tortura inevitável.
- (B) E quando a moça do caixa sai de fininho e vai afastando-se para outra sala?
- (C) Me dá vontade de matar o sujeito, dá vontade de esmagá-lo ali mesmo.
- (D) Em primeiro lugar, você não pode levar a fila a sério. Nunca pode-se mesmo levar uma fila a sério.
- (E) O sujeito tinha só um papelzinho na mão, mas tinha enganado-nos e abriu uma pasta.

11. Considere as passagens a seguir:

- E aquele que disfarça? Está **só** com um papelzinho na mão... (3º parágrafo)
- **Mas toda** fila tem seus encantos (basta saber curtir). **Menos** a fila da fome, esperando comida. (4º parágrafo)

Os termos destacados podem ser substituídos, correta e respectivamente, por:

- (A) somente ... Portanto, a ... Salvo
- (B) isolado ... Além disso, seja qual for a ... Afora
- (C) unicamente ... Pois uma ... Tirante
- (D) sozinho ... No entanto, cada ... Não muito
- (E) apenas ... Entretanto qualquer ... Exceto

12. A alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância verbal e de pontuação é:

- (A) Filas, é um sofrimento e sempre podem haver filas e filas, para cada um de nós enfrentarmos no dia a dia.
- (B) Não se enfrenta filas, com mau-humor, e o sujeito que as levam a sério acabam sofrendo.
- (C) Ultimamente, eu me pergunto se não se vê mais filas de banco será porque nem existe mais agências bancárias?
- (D) Já não basta: as horas de espera, na fila do banco, e ainda, é necessário a apresentação de documento!
- (E) Com a demora do atendente, as pessoas que havia na fila do banco se cansaram, e a maior parte delas protestou.

13. Considere a afirmação: "Todos os funcionários fizeram o treinamento e pelo menos um deles fez o treinamento de maneira remota".

Uma negação dessa afirmação é equivalente a:

- (A) nenhum funcionário fez o treinamento ou pelo menos um funcionário fez o treinamento de maneira remota.
 - (B) pelo menos um funcionário não fez o treinamento e apenas um funcionário fez o treinamento de maneira remota.
 - (C) algum funcionário não fez o treinamento ou nenhum funcionário fez o treinamento de maneira remota.
 - (D) nenhum funcionário fez o treinamento ou todos os funcionários fizeram o treinamento de maneira remota.
 - (E) pelo menos um funcionário não fez o treinamento ou todos os funcionários fizeram o treinamento de maneira remota.
14. Marina decidiu que em sua festa haverá, no máximo, 4 tipos de doces. Para ajudar em sua decisão, ela selecionou os 5 doces que mais gosta e depois escreveu 4 afirmações que precisam ser todas verdadeiras:
- Se tiver cajuzinho, então não haverá quindim.
 - Haverá brigadeiro ou churros, mas não ambos.
 - Haverá quindim se e somente se não houver churros.
 - Se houver pudim, então haverá cajuzinho ou não haverá brigadeiro.

Em seguida, Marina decidiu que haverá brigadeiro, portanto, os únicos tipos de doce em sua festa serão

- (A) brigadeiro e quindim.
- (B) brigadeiro e cajuzinho.
- (C) brigadeiro e churros.
- (D) brigadeiro, quindim e cajuzinho.
- (E) brigadeiro, pudim e cajuzinho.

15. Considere o padrão de formação da sequência ilimitada:

1, 0, 1, 2, 0, 0, 1, 2, 3, 0, 0, 0, 1, 2, 3, 4, 0, 0, 0, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 0, 0, 0, 0, 0, ...

Nessa sequência, a 1ª ocorrência do termo 0 (zero) ocorre na 2ª posição e a 1.000ª ocorrência do termo 0 (zero) ocorre na

- (A) 1.995ª posição.
- (B) 2.035ª posição.
- (C) 3.150ª posição.
- (D) 2.955ª posição.
- (E) 2.450ª posição.

16. Seis irmãos nasceram, respectivamente, nos anos de 1990, 1992, 1994, 1996, 1998 e 2000.

Considere as seguintes afirmações proferidas por eles:

Abel: eu sou o mais novo entre os irmãos.

Abel: Denis não é o mais velho entre os irmãos.

Beto: Eder é mais novo do que Fábio

Caio: Denis é o terceiro mais velho.

Denis: eu sou mais velho do que Beto.

Denis: eu não nasci em 2000.

Eder: Caio é um dos dois irmãos mais velhos.

Fábio: Beto nasceu em 1998.

Apenas três desses irmãos fizeram afirmações verdadeiras. Entre os três irmãos que mentiram em suas afirmações, dois são os mais velhos entre todos.

Os irmãos que nasceram em 1992 e 1996 foram, não necessariamente nessa ordem,

- (A) Eder e Fábio.
- (B) Abel e Denis.
- (C) Caio e Eder.
- (D) Beto e Fábio.
- (E) Caio e Denis.

R A S C U N H O

17. Mário Mariano é servidor público vinculado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e encontra-se licenciado do cargo para tratar de assuntos particulares. Durante o período de licença, Mário tem oferecido, por meio de plataformas digitais, serviços de “mentoria” na área de contratações públicas e utilizado suas redes sociais para tecer comentários depreciativos sobre precedentes da Corte.

Após ser alertado de que suas condutas poderiam ser questionadas à luz do Código de Conduta Ética do TCE/SP, o servidor afirmou acreditar que não estaria praticando qualquer ato ilícito. Ainda assim, para sanar eventuais dúvidas, decidiu formular consulta à Presidência do TCE/SP, a fim de esclarecer se sua conduta é compatível com as normas éticas aplicáveis.

Com base na situação hipotética e no disposto no Código de Conduta Ética do TCE/SP, é correto afirmar que

- (A) o Código de Conduta Ética não se aplica aos servidores licenciados, motivo pelo qual não houve a prática de ato ilícito.
- (B) Mário Mariano não pode ser responsabilizado, pois o Código de Conduta Ética não se aplica a atos que não estejam relacionados ao exercício de suas atribuições funcionais.
- (C) o servidor somente poderá ser responsabilizado por opiniões depreciativas caso se identifique, na publicação, como servidor do TCE/SP.
- (D) cabe à Presidência disciplinar a aplicação do Código de Conduta Ética e, consequentemente, responder à consulta.
- (E) a autoridade competente para responder à consulta é a Comissão de Ética do TCE/SP, órgão colegiado vinculado ao Gabinete da Presidência, que tem natureza pedagógica, consultiva e deliberativa.

18. Equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), durante auditoria realizada em autarquia estadual, identificou a ocorrência de fraudes relacionadas à celebração e à execução de contratos administrativos, que resultaram em elevados prejuízos para a Administração Pública.

Diante da gravidade das irregularidades constatadas, a equipe técnica, em reunião com agentes públicos vinculados à autarquia, formulou questionamentos acerca da implantação e do funcionamento do programa de integridade na entidade. As respostas apresentadas revelaram, contudo, que os agentes desconheciam as disposições do Decreto Estadual nº 67.683/2023.

Com base na situação hipotética e no disposto no referido Decreto, é correto afirmar:

- (A) cabe à Controladoria Geral do Estado a orientação e a supervisão técnica para a elaboração e execução dos programas de integridade, sem prejuízo da subordinação hierárquica ou vinculação administrativa.
- (B) o Decreto ordena que todas as empresas que contratem com a Administração Pública estadual possuam programas de integridade em funcionamento, a serem fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.
- (C) o plano deve ser criado pela entidade e deve ter como eixo, dentre outros, o comprometimento da alta administração do órgão ou entidade, a instituição de instância responsável por sua implantação e gestão e a gestão de riscos à integridade.
- (D) o plano é implantado e fiscalizado pela Controladoria Geral do Estado, a quem cabe sanar eventuais dúvidas envolvendo o tema.
- (E) compete ao Secretário titular da Pasta a que está vinculada a autarquia indicar o titular da Unidade de Gestão de Integridade, a quem cabe coordenar a elaboração, a execução, a comunicação, a implantação e o monitoramento do programa de integridade.

19. O Tribunal de Contas do Estado do Estado de São Paulo recebeu, para apreciação, as contas anuais prestadas pelo prefeito do Município Y, relativas ao último exercício financeiro. Durante a instrução, a unidade técnica identificou preliminarmente irregularidades relevantes na execução orçamentária e na aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Concluída a instrução, surgiu divergência interna quanto ao órgão competente para deliberar sobre o processo, bem como sobre o rito que deve ser seguido no procedimento de emissão do parecer prévio.

Com base na situação hipotética e no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) compete privativamente às Câmaras emitir parecer prévio, que será passível de pedido de reexame, formulado uma única vez e com efeito suspensivo.
- (B) os processos de emissão de parecer prévio são distribuídos automaticamente para a Presidência, que poderá redistribuí-los, de acordo com ato interno.
- (C) a competência para a emissão do parecer prévio é privativa do Plenário.
- (D) cabe ao juiz singular emitir parecer prévio sobre as contas do prefeito, admitida a possibilidade de interposição de embargos de declaração e recurso de revisão para a Câmara, nas hipóteses previstas no Regimento Interno.
- (E) nos processos desta natureza não são admitidas decisões monocráticas que suspendam a sua análise ou ordenem a adoção de diligências complementares.

20. Considere que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo recebeu denúncia acerca de possíveis irregularidades em procedimento licitatório promovido pelo Município X para a contratação de empresa destinada à prestação dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares. Segundo o denunciante, determinadas exigências do instrumento convocatório teriam sido estabelecidas com o objetivo de direcionar a contratação em favor de empresa específica.

A denúncia sustenta, ainda, que a empresa supostamente beneficiada pertence a empresário que teria realizado expressivas doações não contabilizadas à campanha eleitoral do atual chefe do Poder Executivo municipal e que o favorecimento na licitação, inclusive mediante contratação por valores superiores aos praticados no mercado, constituiria contrapartida ao apoio financeiro anteriormente prestado.

Com base na situação hipotética, no disposto na Lei Complementar Estadual nº 709/1993 e no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) A denúncia não pode ser autuada em caráter sigiloso, salvo em situações em que seja necessária a preservação da intimidade dos envolvidos ou de interesse público, especificadas em lei.
- (B) O relator poderá, após recebida a denúncia, decretar a suspensão liminar do procedimento licitatório, estando a decisão sujeita a referendo do Plenário.
- (C) A denúncia pode ser apresentada de forma anônima, cabendo ao relator do processo avaliar se deve ou não ser recebida, de acordo com a natureza das circunstâncias reveladas na sua apresentação.
- (D) A denúncia, para ser recebida, precisa conter, além do relato do ilícito, o nome legível, a qualificação e o endereço do denunciante e estar acompanhada de prova ou indício concernente ao fato denunciado.
- (E) A denúncia pode ser apresentada por pessoa jurídica desde que, com base na situação narrada, ela não seja utilizada para atender interesse subjetivo próprio.

ESTATÍSTICA

21. Diante das reclamações sobre o tempo de processamento das declarações de imposto de renda, um analista decidiu investigar o tempo médio de processamento das declarações de imposto de renda, em dias, para uma determinada população. Sabe-se que o desvio padrão é de 4 dias. Dados os valores da distribuição normal padrão acumulada: $\phi(0) = 0,5000$, $\phi(1) = 0,8413$, $\phi(1,64) = 0,950$, $\phi(1,96) = 0,975$ e $\phi(3) = 0,9987$, em que $\phi(z) = P(-\infty < Z \leq z)$.

Considerando a distribuição normal para modelar o tempo de processamento, qual o tamanho da amostra necessária para obtenção do intervalo de confiança para o tempo médio de processamento das declarações de imposto de renda, considerando 95% de confiança e um erro máximo de 2 dias?

- (A) 31
- (B) 16
- (C) 8
- (D) 62
- (E) 84

22. Uma auditoria fiscal pretende estimar a proporção de microempresas que apresentam irregularidades no pagamento de ICMS em um grande município. Para isso, coletou uma amostra aleatória simples de 100 microempresas, e, avaliando seus pagamentos, percebeu que 10 delas possuem alguma irregularidade fiscal. Dados os seguintes valores da distribuição normal padrão acumulada: $\phi(0) = 0,500$, $\phi(1,28) = 0,900$, $\phi(1,64) = 0,950$, $\phi(1,96) = 0,975$ e $\phi(3) = 0,999$, em que $\phi(z) = P(-\infty < Z \leq z)$.

Considerando o nível de 90% de confiança, é correto afirmar que o intervalo de confiança para a proporção (p) de microempresas que apresentam irregularidades é:

- (A) $IC_{90\%}(p)=[0,041; 0,159]$
- (B) $IC_{90\%}(p)=[0,051; 0,149]$
- (C) $IC_{90\%}(p)=[0,094; 0,106]$
- (D) $IC_{90\%}(p)=[0,080; 0,120]$
- (E) $IC_{90\%}(p)=[0,000; 0,200]$

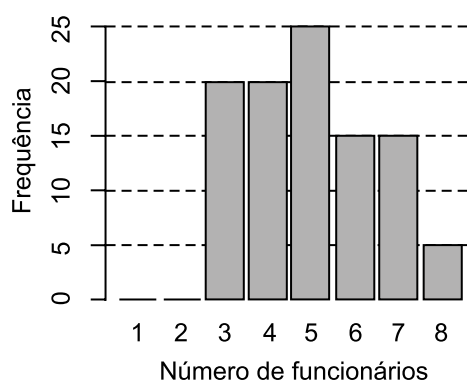
23. Uma análise investiga o tempo de processamento de declarações de imposto de renda, em dias, para uma determinada população. Sabe-se que o tempo médio para processamento é de 3 dias.

Considerando a distribuição de Poisson para modelar o tempo de processamento, assinale a alternativa correta.

Dado: Considere $e^3=20$, em que representa o número de Euler.

- (A) 20% das declarações levam menos de dois dias para serem processadas.
- (B) 50% das declarações são processadas em dois dias ou menos.
- (C) 50% das declarações levam mais de 3 dias para serem processadas.
- (D) apenas 30% das declarações são processadas após um dia da entrega.
- (E) 60% das declarações levam mais de 3 dias para serem processadas.

24. O gráfico a seguir apresenta o número de empregados para uma amostra de 100 microempresas:



(Arquivo pessoal, imagem usada com autorização)

É correto afirmar:

- (A) o valor da média é superior ao valor da moda para o número de empregados da amostra.
- (B) o valor da mediana é superior ao valor da moda para o número de empregados da amostra.
- (C) os valores da mediana e da moda para o número de empregados da amostra são os mesmos, mas a média é superior.
- (D) o valor da média é superior ao valor da mediana para o número de empregados da amostra.
- (E) os valores da média, da mediana e da moda para o número de empregados da amostra são os mesmos.

25. Considere os valores de Imposto (em milhares de reais) pagos por cinco empresas de pequeno porte:

110, 120, 150, 170 e 200

Utilizando essa amostra de cinco empresas e o nível de 96% de confiança, é correto afirmar que o intervalo de confiança para média de Imposto pago por empresas de pequeno porte (em milhares de reais) é:

Dados: Considere os valores da distribuição T de Student acumulada com 4 graus de liberdade $T(2,13)=0,95$; $T(2,33)=0,960$ e $T(2,78)=0,975$, $T(3,00)=0,980$, em que $T(x) = P(-\infty < X \leq x)$. Considere, também, $54=7,35^2$ e $5=2,25^2$.

- (A) IC96%(μ)=[110;180]
- (B) IC96%(μ)=[90;170]
- (C) IC96%(μ)=[101; 199]
- (D) IC96%(μ)=[95;205]
- (E) IC96%(μ)=[105;210]

26. Considere que o tempo de sobrevivência de um paciente após a concessão de um benefício previdenciário segue uma distribuição exponencial, com média de 5 anos.

Qual a probabilidade de um beneficiário receber o benefício por um tempo inferior a 2 anos?

Dados: Considere $\exp(5) \cong 150$ e $\exp(0,2) \cong 1,20$.

- (A) Entre 0,15 e 0,25
- (B) Entre 0,25 e 0,35
- (C) Entre 0,05 e 0,15
- (D) Entre 0,35 e 0,45
- (E) Entre 0,45 e 0,55

27. Um equipamento é vendido por uma empresa por R\$ 15.783,27 em dois pagamentos iguais, sem acréscimos, o primeiro no ato da compra, e o segundo um mês após a compra. Para pagamento à vista, há um desconto de 7% sobre o preço de R\$ 15.783,27.

A taxa mensal de juros é, aproximadamente, igual a:

- (A) 14,79%
- (B) 15,21%
- (C) 15,65%
- (D) 16,28%
- (E) 17,42%

28. Um fundo de investimento tem títulos mensais a receber, um a cada mês, no valor unitário de R\$ 8.500,00, com o primeiro vencendo em 30 dias e o último em 690 dias. Ana negociará todos os títulos desse fundo em um banco, mediante desconto comercial (desconto simples), com taxa mensal de desconto de 3%.

O valor líquido que ela receberá na negociação será de

- (A) R\$ 126.140,00.
- (B) R\$ 124.860,00.
- (C) R\$ 125.480,00.
- (D) R\$ 125.340,00.
- (E) R\$ 125.120,00.

29. Um empréstimo no valor de R\$ 65.000,00 deverá ser amortizado, por meio do Sistema Francês, em parcelas mensais e consecutivas, com juros compostos de 4% ao mês. Sabendo que, no terceiro mês, o saldo devedor é de R\$ 34.409,82, e a prestação no primeiro mês foi de R\$ 12.399,52, o valor da amortização no quinto mês será de, aproximadamente,

- (A) R\$ 11.464,05.
- (B) R\$ 11.622,42.
- (C) R\$ 11.391,50.
- (D) R\$ 11.545,61.
- (E) R\$ 11.032,31.

30. Um banco financia a importância de R\$ 120.000,00, à taxa de 4% a.m., para ser reembolsado em 5 parcelas mensais, com dois meses de carência, e a primeira parcela vencível ao final do terceiro mês. Não há carência para os juros, e, nessas condições, o valor da última prestação, pelo sistema de amortização constante, será

- (A) R\$ 24.880,00.
- (B) R\$ 24.960,00.
- (C) R\$ 25.980,00.
- (D) R\$ 24.400,00.
- (E) R\$ 24.800,00.

- 31.** Um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) avalia um investimento que exige desembolso inicial de R\$ 300.000,00. O investimento deverá proporcionar entradas líquidas de caixa de R\$ 100.000,00 ao final do primeiro ano, R\$ 140.000,00 ao final do segundo ano e R\$ 180.000,00 ao final do terceiro ano. Para a continuidade do investimento, será necessário realizar, ao final do segundo ano, desembolso adicional de R\$ 40.000,00. Ao final do terceiro ano, além da entrada líquida prevista para esse período, estima-se um valor residual de R\$ 30.000,00. A Taxa Mínima de Atratividade (TMA) adotada pelo RPPS é de 10% ao ano. Para fins de cálculo, considere os fatores de valor presente de 0,91, 0,83 e 0,75, respectivamente, para o primeiro, segundo e terceiro anos.

Com base no critério do Valor Presente Líquido (VPL), é correto afirmar que esse investimento

- (A) deve ser aceito, pois apresenta VPL positivo de R\$ 24.700,00, uma vez que o desembolso adicional deve ser considerado pelo seu valor nominal na data inicial da análise.
- (B) deve ser aceito, pois apresenta VPL positivo de R\$ 9.000,00, uma vez que o valor residual não integra os fluxos relevantes para a avaliação econômica do investimento.
- (C) deve ser aceito, pois apresenta VPL positivo de R\$ 31.500,00, considerando-se tanto o desembolso adicional quanto o valor residual nos respectivos momentos de ocorrência.
- (D) deve ser aceito, pois apresenta VPL positivo de R\$ 64.700,00, obtido pelo desconto das entradas de caixa e do valor residual à TMA adotada.
- (E) deve ser aceito, pois o saldo nominal entre as entradas, inclusive o valor residual, e os desembolsos previstos, é de R\$ 110.000,00, valor que corresponde ao VPL do investimento.

- 32.** Uma entidade analisa dois projetos de investimento mutuamente excludentes, denominados X e Y. O projeto X apresenta Taxa Interna de Retorno (TIR) de 13% ao ano, enquanto o projeto Y apresenta TIR de 16% ao ano. A Taxa Mínima de Atratividade (TMA) da entidade é de 10% ao ano. Após o desconto dos respectivos fluxos de caixa pela TMA, verifica-se que o projeto X apresenta VPL de R\$ 80.000,00, enquanto o projeto Y apresenta VPL de R\$ 65.000,00.

Considerando os critérios da TIR e do VPL, é correto afirmar:

- (A) o projeto Y deve ser escolhido, pois, entre projetos mutuamente excludentes, a maior TIR determina o investimento que proporciona maior geração de valor.
- (B) o projeto X deve ser escolhido porque seu maior VPL implica, necessariamente, que sua TIR também seja superior à do projeto Y.
- (C) ambos os projetos devem ser rejeitados, pois a existência de ordenações distintas pelos critérios da TIR e do VPL evidencia inconsistência na avaliação dos investimentos.
- (D) ambos os projetos são aceitáveis e, como apresentam VPL positivo, a condição de serem mutuamente excludentes não interfere na decisão de investimento.
- (E) ambos os projetos são individualmente aceitáveis pelo critério da TIR, mas, sendo mutuamente excludentes e considerando a maximização do valor econômico à TMA adotada, o projeto X deve ser escolhido.

33. Durante a revisão da política de investimentos de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), o comitê de investimentos constatou que parcela relevante da carteira estava concentrada em títulos de renda fixa prefixados de longo prazo. Nos meses seguintes, as taxas de juros de mercado aumentaram, provocando redução no valor de mercado desses títulos. No mesmo período, projeções do fluxo de pagamento de benefícios indicaram a necessidade de ampliar a disponibilidade de recursos de curto prazo. Para realizar parte da carteira, o RPPS verificou que determinados ativos poderiam ser negociados no prazo requerido somente mediante preços inferiores aos observados em condições usuais de negociação.

Considerando os riscos associados à gestão dessa carteira, assinale a alternativa correta.

- (A) A redução do valor dos títulos prefixados decorre da exposição ao risco de mercado, enquanto a necessidade de alienar ativos por preços inferiores aos observados em condições usuais de negociação evidencia risco de liquidez.
- (B) A dificuldade de alienação dos ativos caracteriza risco de mercado, pois esse risco compreende as perdas decorrentes da impossibilidade de converter investimentos em recursos financeiros no prazo requerido.
- (C) A redução do valor dos títulos prefixados caracteriza risco de crédito, pois a elevação das taxas de juros aumenta a probabilidade de inadimplimento dos emissores.
- (D) A combinação entre redução do valor dos títulos e dificuldade de negociação dos ativos caracteriza risco sistêmico quando seus efeitos alcançam diferentes componentes da carteira do RPPS.
- (E) A elevação das taxas de juros modifica as condições de retorno das novas aplicações, sem alterar a avaliação dos títulos prefixados já integrantes da carteira.

34. Durante a elaboração da estratégia anual de alocação de recursos, foram identificadas três oportunidades de investimento que podem ser realizadas isoladamente ou em conjunto e são indivisíveis. A disponibilidade financeira destinada às novas aplicações está limitada a R\$ 600.000,00.

Os desembolsos iniciais e as entradas líquidas de caixa esperadas são apresentados a seguir:

Projeto	Desembolso inicial	Entrada ao final do ano 1	Entrada ao final do ano 2
X	R\$ 150.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 150.000,00
Y	R\$ 450.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 360.000,00
Z	R\$ 300.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 300.000,00

Considerando a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) adotada, utilize, para fins de cálculo, os fatores de valor presente de 0,90 e 0,80 para os fluxos recebidos ao final do primeiro e do segundo anos, respectivamente.

Diante da restrição de recursos, e considerando que o objetivo é maximizar o valor econômico gerado pelos investimentos, é correto afirmar que

- (A) apenas o projeto X deve ser selecionado, pois apresenta o maior índice de lucratividade, critério que, diante da restrição de recursos, deve prevalecer sobre o VPL das combinações possíveis.
- (B) os projetos Y e Z devem ser selecionados, pois apresentam os maiores VPLs individuais e, conjuntamente, proporcionam a maior criação de valor.
- (C) os projetos X e Y devem ser selecionados, pois, embora o projeto Z apresente índice de lucratividade superior ao do projeto Y, essa combinação proporciona o maior VPL entre as alternativas compatíveis com a restrição orçamentária.
- (D) apenas o projeto Y deve ser selecionado, pois apresenta o maior VPL individual, sendo inadequada a combinação de projetos com diferentes índices de lucratividade.
- (E) os projetos X e Z devem ser selecionados, pois apresentam os dois maiores índices de lucratividade e, portanto, constituem a combinação que maximiza o valor econômico gerado.

35. A carteira de investimentos de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) possui dois títulos públicos prefixados com características equivalentes, exceto pelo prazo de vencimento. O título X vence em dois anos, enquanto o título Y vence em oito anos. Os títulos foram adquiridos quando a taxa de retorno requerida pelo mercado para esses investimentos era de 10% ao ano. Posteriormente, em razão de mudanças nas condições econômicas, essa taxa aumentou para 12% ao ano.

Ao avaliar os efeitos dessa alteração sobre os títulos mantidos na carteira, o comitê deve considerar que

- (A) os dois títulos tendem a apresentar a mesma redução proporcional de preço, pois possuem o mesmo valor de face e a mesma taxa de juros prefixada.
- (B) o título Y tende a preservar melhor seu preço, pois a taxa prefixada continuará incidindo durante período maior até seu vencimento.
- (C) os dois títulos tendem a ter seus preços elevados, pois o aumento da taxa requerida pelo mercado amplia a remuneração associada aos investimentos em renda fixa.
- (D) o título Y tende a apresentar maior redução proporcional de preço, pois seus fluxos mais distantes no tempo apresentam maior sensibilidade à elevação da taxa de retorno requerida pelo mercado.
- (E) o título X tende a apresentar maior redução proporcional de preço, pois seus fluxos serão recebidos em prazo menor e estarão mais concentrados no período de elevação das taxas.

36. O comitê de investimentos de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que possui nível II de aderência ao programa de certificação institucional previsto na regulamentação, analisa alternativas para diversificar sua carteira no segmento de renda variável. Foram apresentadas propostas de aplicação em classes: i) de fundos de investimento tipificadas como "Ações", constituídas em regime aberto; ii) de fundos de índice de ações (ETF de ações), negociáveis em bolsa de valores; e iii) de fundos de investimento cujo patrimônio líquido seja composto por 67% ou mais de *Brazilian Depositary Receipts* (BDR-Ações) ou de BDR de fundos de índice de ações.

Com base na Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, e considerando atendidos os demais requisitos aplicáveis às operações, é correto afirmar que o RPPS

- (A) pode realizar aplicações nas classes de fundos tipificadas como "Ações" e nas classes de fundos de índice de ações, mas a aplicação na modalidade composta por BDR-Ações ou BDR de fundos de índice de ações exige nível III ou superior de aderência.
- (B) pode realizar aplicações nas três modalidades, pois o nível II de aderência permite acesso a todos os ativos previstos no segmento de renda variável, observados os respectivos limites de aplicação.
- (C) pode realizar aplicações nas classes de fundos tipificadas como "Ações", mas as classes de fundos de índice de ações e aquelas compostas por BDR exigem nível III ou superior de aderência.
- (D) pode realizar aplicações nas classes de fundos de índice de ações e na modalidade composta por BDR, mas as classes de fundos tipificadas como "Ações" exigem nível III ou superior de aderência.
- (E) não pode realizar aplicações nas modalidades apresentadas, pois o acesso ao segmento de renda variável é reservado aos regimes que possuam nível III ou superior de aderência.

37. Após assumir a gestão de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a nova administração decidiu revisar o processo de tomada de decisão relacionado aos investimentos. O diagnóstico realizado identificou concentração das decisões de alocação em um único agente, participação limitada das instâncias colegiadas, ausência de critérios formalizados para seleção e acompanhamento dos investimentos e produção de relatórios de desempenho sem comparação sistemática com os objetivos estabelecidos na política de investimentos. Diante desse diagnóstico, foram discutidas medidas destinadas ao aprimoramento da governança da gestão dos recursos.

Considerando a situação hipotética e as boas práticas de governança aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social, conforme as diretrizes do Manual do Pró-Gestão RPPS, a medida mais adequada consiste em

- (A) concentrar a avaliação da gestão no retorno obtido pela carteira, utilizando o cumprimento da meta de rentabilidade como principal mecanismo de controle das decisões de investimento.
- (B) estabelecer processos formais de decisão, com definição de responsabilidades e alçadas, participação das instâncias competentes, critérios para seleção e acompanhamento dos investimentos e mecanismos periódicos de monitoramento e prestação de contas.
- (C) ampliar a autonomia do responsável pela gestão dos recursos, atribuindo-lhe, simultaneamente, as funções de proposição, aprovação e monitoramento dos investimentos, acompanhadas de prestação periódica de contas.
- (D) atribuir às instituições financeiras responsáveis pelas aplicações a definição dos critérios de seleção dos ativos, mantendo com o regime previdenciário a aprovação dos limites gerais de alocação.
- (E) substituir controles prévios sobre as decisões de investimento por avaliações periódicas dos resultados da carteira, permitindo maior agilidade na adaptação às alterações do mercado.

38. Na preparação da política de investimentos de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a equipe responsável utilizou as expectativas de mercado divulgadas pelo Banco Central do Brasil como referência para a análise das perspectivas econômicas.

A partir das possíveis trajetórias das principais variáveis, foram considerados os seguintes cenários alternativos:

Cenário	Inflação	Taxas de juros	Atividade econômica
X	desaceleração	redução	crescimento
Y	elevação	aumento	desaceleração
Z	estabilidade próxima à meta	estabilidade	crescimento moderado

Diante dessas perspectivas e considerando seus possíveis efeitos sobre o apreçamento dos ativos financeiros, é correto afirmar que

- (A) no cenário Y, a elevação das taxas de juros tende a favorecer os preços dos títulos prefixados integrantes da carteira, compensando os possíveis efeitos da desaceleração econômica sobre os ativos de renda variável.
- (B) no cenário X, a redução das taxas de juros tende a diminuir o preço dos títulos prefixados anteriormente emitidos, enquanto o crescimento da atividade econômica tende a reduzir as expectativas de resultados das empresas.
- (C) no cenário X, a redução das taxas de juros tende a favorecer a valorização dos títulos prefixados já integrantes da carteira e pode reduzir a taxa de desconto aplicada aos fluxos esperados dos ativos, enquanto a expansão da atividade econômica pode contribuir para expectativas mais favoráveis de resultados empresariais.
- (D) no cenário Z, a estabilidade da inflação e das taxas de juros permite projetar estabilidade dos preços dos ativos, tornando as alterações da atividade econômica pouco relevantes para as decisões de alocação.
- (E) no cenário Y, a combinação entre inflação mais elevada, aumento das taxas de juros e desaceleração econômica tende a produzir condições favoráveis à valorização dos ativos de renda variável, em razão do crescimento nominal esperado das receitas empresariais.

39. Considere o seguinte excerto de hipotético relatório técnico submetido ao comitê responsável pelo acompanhamento da gestão de recursos de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

Relatório de análise da carteira

As projeções indicam que a carteira possui capacidade de geração de resultados compatível com os objetivos atuariais do RPPS no horizonte considerado. Observa-se, contudo, que parcela relevante dos ativos com maior contribuição esperada para o resultado da carteira possui prazo de maturação posterior ao período em que se projeta intensificação das necessidades líquidas para pagamento de benefícios. A carteira dispõe atualmente de ativos de elevada liquidez e de reservas financeiras capazes de absorver oscilações de curto prazo. A manutenção dessa capacidade, entretanto, poderá exigir alienação progressiva de ativos líquidos caso as necessidades projetadas se confirmem. Considerando que a rentabilidade esperada da carteira permanece compatível com os objetivos atuariais e que, no horizonte global da projeção, os ativos apresentam capacidade econômica para suportar as obrigações estimadas, entende-se não haver fundamento para alteração da atual estrutura de investimentos. Eventuais insuficiências intermediárias de caixa poderão ser administradas mediante utilização dos ativos líquidos disponíveis, preservando-se os investimentos de maior prazo até seus vencimentos.

A partir das informações apresentadas e dos fundamentos de *Assets and Liabilities Management (ALM)*, a conclusão do relatório

- (A) mostra-se adequada, pois a existência de ativos líquidos destinados à cobertura das insuficiências intermediárias permite preservar os investimentos de maior prazo, desde que a carteira permaneça compatível com os objetivos atuariais no horizonte global.
- (B) requer revisão exclusivamente quanto à composição da reserva de liquidez, uma vez que o descasamento entre vencimentos dos ativos e necessidades de benefícios somente se torna relevante para o ALM quando resultar em insuficiência efetiva de caixa.
- (C) mostra-se inadequada porque a projeção de necessidades líquidas anteriores ao vencimento de parte dos ativos demonstra que a carteira não possui capacidade econômica para suportar as obrigações do RPPS, ainda que apresente expectativa de cumprimento dos objetivos atuariais.
- (D) mostra-se adequada porque, no ALM, a suficiência dos ativos no horizonte projetado constitui o critério determinante para a manutenção da estratégia, cabendo à gestão de liquidez solucionar diferenças entre as datas de realização dos ativos e de exigibilidade dos passivos.
- (E) requer análise adicional, pois a existência atual de liquidez não permite, isoladamente, concluir pela adequação da estrutura da carteira: sua utilização recorrente para financiar obrigações enquanto os fluxos dos demais ativos se concentram em períodos posteriores pode reduzir a capacidade de cobertura futura e revelar descasamento relevante entre ativos e passivos.

40. Uma entidade previdenciária avalia a estratégia de investimentos de três planos com características distintas. No *Plano X*, o valor dos benefícios é previamente estabelecido segundo as regras do plano, e o desempenho dos investimentos influencia a necessidade de recursos destinados ao seu financiamento. No *Plano Y*, os benefícios programados decorrem do saldo acumulado nas contas dos participantes e da rentabilidade obtida durante o período de acumulação. No *Plano Z*, coexistem características das duas modalidades anteriores, com componentes sujeitos a diferentes formas de determinação dos benefícios. Ao definir a política de investimentos desses planos, a entidade deve considerar a forma pela qual os riscos e os resultados dos investimentos se relacionam com as respectivas obrigações previdenciárias.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) no *Plano X*, a gestão dos investimentos deve considerar de forma relevante as características e os fluxos das obrigações assumidas, pois variações no desempenho dos ativos podem afetar a situação de equilíbrio entre os recursos acumulados e os benefícios previstos.
- (B) no *Plano Y*, a existência de contas individualizadas reduz a relevância do horizonte de investimento e do perfil dos participantes, pois o valor do benefício decorre do patrimônio acumulado.
- (C) no *Plano Z*, a coexistência de componentes com características distintas permite adotar uma política uniforme de investimentos, pois a diversificação entre modalidades de benefícios reduz as diferenças entre seus riscos.
- (D) no *Plano X*, a definição prévia dos benefícios permite estruturar a carteira com base na meta de rentabilidade, enquanto a análise dos fluxos do passivo assume maior relevância no *Plano Y*.
- (E) no *Plano Y*, o desempenho dos investimentos afeta a necessidade de contribuições destinadas a assegurar um valor de benefício previamente estabelecido, aproximando sua gestão de investimentos daquela aplicável ao *Plano X*.

41. Considere um seguro em que a provisão matemática no início do ano t é ${}_tV = 0,2000$, o prêmio anual nivelado puro é $P = 0,0200$ e a taxa de juros efetiva anual é $i = 5\%$. Sabendo que a probabilidade de morte no ano é $q_{x+t} = 0,05$, assinale a alternativa que representa o valor mais próximo da provisão matemática no início do ano $t + 1$, obtida por recursão, considerando que as mortes ocorrem ao fim do ano, os benefícios por morte são iguais a 1,0000 (um) e os prêmios são pagos no início de cada ano.

- (A) 0,1810.
- (B) 0,2200.
- (C) 0,2431.
- (D) 0,1905.
- (E) 0,2015.

42. Um atuário dispõe de $\ddot{a}_x = 14,20$, $\ddot{a}_{x+n} = 11,00$ e do fator de capitalização atuarial ${}_nE_x = 0,50$. Utilizando a fórmula de Woolhouse (até o termo de 1ª ordem) para anuidades fracionadas, assinale a alternativa que melhor aproxima o valor de uma anuidade antecipada fracionada em 12 avos, temporária por n anos.

- (A) 8,25.
- (B) 8,70.
- (C) 9,33.
- (D) 8,47.
- (E) 9,25.

43. Um *Plano de Benefício* definido concede renda anual vitalícia de aposentadoria igual a 2% do último salário por ano de serviço, com aposentadoria aos 65 anos. Um participante de 45 anos ingressou no plano aos 40 anos e possui salário final projetado de R\$ 100.000,00. Sabe-se que a anuidade antecipada vitalícia na aposentadoria vale $\ddot{a}_{65} = 12$ e que o fator de capitalização atuarial ${}_{20}E_{45} = 0,30$. Pelo método do Crédito Unitário Projetado, assinale a alternativa que representa a provisão matemática (de benefícios a conceder) do participante aos 45 anos.

- (A) R\$ 36.000,00.
- (B) R\$ 21.600,00.
- (C) R\$ 7.200,00.
- (D) R\$ 43.200,00.
- (E) R\$ 180.000,00.

44. Em um plano estruturado pelo método Idade de Entrada Normal, um participante ingressou aos 30 anos e se aposentará aos 60. Na idade de entrada, o valor atual dos benefícios futuros projetados era de R\$ 240.000,00 e a anuidade temporária antecipada de contribuições valia $\ddot{a}_{30:\overline{30}|} = 24$. Aos 45 anos, o valor atual dos benefícios futuros é de R\$ 400.000,00 e $\ddot{a}_{45:\overline{15}|} = 13$.

Assinale a alternativa que representa a provisão matemática do participante aos 45 anos.

- (A) R\$ 400.000,00.
- (B) R\$ 270.000,00.
- (C) R\$ 130.000,00.
- (D) R\$ 240.000,00.
- (E) R\$ 530.000,00.

45. Uma carteira de 10.000 participantes ativos está sujeita, no ano, a três decrementos independentes: morte ($q_x = 0,05$), invalidez ($i_x = 0,05$) e desligamento ($r_x = 0,10$).

Admitindo independência entre os decrementos, assinale a alternativa que representa o valor mais próximo do número esperado de participantes que permanecerão ativos ao final do ano.

- (A) 8.000.
- (B) 8.427.
- (C) 8.745.
- (D) 9.000.
- (E) 8.123.

46. Com base em funções de comutação, assinale a alternativa que representa uma anuidade antecipada, diferida em 5 anos e temporária em 4 anos, para um indivíduo de 45 anos.

- (A) $(N_{50} - N_{54}) / D_{50}$.
- (B) $(N_{50} - N_{55}) / D_{45}$.
- (C) $(N_{50} - N_{54}) / D_{45}$.
- (D) $(N_{51} - N_{55}) / D_{45}$.
- (E) $(N_{49} - N_{53}) / D_{45}$.

47. Um *Plano de Previdência* apresenta os seguintes valores atuais: benefícios futuros dos benefícios concedidos = R\$ 8.000.000,00; benefícios futuros dos benefícios a conceder = R\$ 12.000.000,00; contribuições futuras dos participantes ativos = R\$ 7.000.000,00.

O valor que representa corretamente a provisão matemática total do plano é

- (A) R\$ 13.000.000,00.
- (B) R\$ 20.000.000,00.
- (C) R\$ 3.000.000,00.
- (D) R\$ 5.000.000,00.
- (E) R\$ 27.000.000,00.

48. Uma *EFPC* apura o custo normal pelo método agregado. O valor atual dos benefícios futuros é R\$ 80.000.000,00, os ativos garantidores somam R\$ 20.000.000,00, o valor atual da folha salarial futura é R\$ 300.000.000,00 e a folha salarial anual atual é R\$ 10.000.000,00.

Assinale a alternativa que representa o custo normal (contribuição anual) do plano.

- (A) R\$ 2.000.000,00.
- (B) R\$ 6.000.000,00.
- (C) R\$ 200.000,00.
- (D) R\$ 12.000.000,00.
- (E) R\$ 60.000.000,00.

49. Um *Plano de Benefício* custeia determinado benefício pelo regime financeiro de repartição de capitais de cobertura. No exercício, foram concedidas 5 novas rendas vitalícias, cada uma no valor anual de R\$ 24.000,00, sendo a anuidade atuarial correspondente igual a 10. Havendo 1.000 participantes ativos, assinale a alternativa que representa a contribuição necessária por participante ativo para constituir, no exercício, os capitais de cobertura dos benefícios concedidos.

- (A) R\$ 12.000,00.
- (B) R\$ 24.000,00.
- (C) R\$ 240,00.
- (D) R\$ 1.200,00.
- (E) R\$ 1.200.000,00.

50. De uma entidade fechada de previdência complementar, foram extraídos os seguintes valores: Total do Ativo = R\$ 100.000.000,00; Passivo Exigível Operacional = R\$ 3.000.000,00; Passivo Exigível Contingencial = R\$ 1.000.000,00; Fundos Administrativos = R\$ 4.000.000,00; Provisões Matemáticas = R\$ 80.000.000,00.

Assinale a alternativa que representa o Patrimônio Social da entidade.

- (A) R\$ 97.000.000,00.
- (B) R\$ 96.000.000,00.
- (C) R\$ 92.000.000,00.
- (D) R\$ 12.000.000,00.
- (E) R\$ 16.000.000,00.

51. Sabe-se que $\ddot{a}_{x+1} = 11,00$, que a taxa de juros efetiva anual é 5% e que, na tábua utilizada, $\ell_x = 1.000$ e $\ell_{x+1} = 990$.

O valor de $\ddot{a}_x$ é, aproximadamente,

- (A) 10,37.
- (B) 12,00.
- (C) 11,58.
- (D) 12,58.
- (E) 11,37.

52. Para um indivíduo de idade x , sabe-se que $\ell_x = 2.000$, $\ell_{x+1} = 1.980$, a taxa de juros efetiva é 4% a.a. e que a renda vitalícia antecipada diferida por 2 anos vale ${}_2|\ddot{a}_x = 17,00$.

O valor de $\ddot{a}_x$ é, aproximadamente,

- (A) 17,95.
- (B) 18,00.
- (C) 18,95.
- (D) 19,95.
- (E) 18,05.

53. Uma renda temporária por n anos antecipada vale 8,50 e o dote puro de n anos vale ${}_nE_x = 0,55$.

A renda temporária de n anos postecipada vale

- (A) 9,55.
- (B) 7,95.
- (C) 9,05.
- (D) 8,05.
- (E) 7,50.

54. Considere $i = 25\%$ a.a. ($v = 0,8$) e a tábua reduzida: $\ell_x = 100$, $\ell_{x+1} = 80$, $\ell_{x+2} = 50$, sem sobreviventes após a idade $x + 2$.
- O valor da renda vitalícia antecipada $\ddot{a}_x$ é
- (A) 1,96.
(B) 1,64.
(C) 1,32.
(D) 2,30.
(E) 2,00.
55. Em um *Plano de Benefício Definido*, mantidas as demais premissas, uma queda na taxa real de juros observada frente à hipótese atuarial adotada tende a
- (A) transferir o risco integralmente ao participante, como ocorre no plano de contribuição definida.
(B) manter as provisões inalteradas, pois o benefício é fixado por fórmula.
(C) elevar o valor presente dos compromissos e pressionar o surgimento de déficit.
(D) reduzir as provisões matemáticas, gerando superávit imediato.
(E) eliminar a necessidade de custo suplementar no exercício.
56. Na data t , um benefício de renda vitalícia antecipada de R\$ 24.000,00 anuais será concedido daqui a k anos, com $k|\ddot{a}_{x+t} = 10,5$. As contribuições futuras, anuais antecipadas de R\$ 9.000,00, têm renda temporária $\ddot{a}_{x+t:k|} = 6,0$.
- Pela abordagem prospectiva, a provisão matemática na data t é
- (A) R\$ 252.000,00.
(B) R\$ 198.000,00.
(C) R\$ 306.000,00.
(D) R\$ 54.000,00.
(E) R\$ 144.000,00.

57. Em relação à identificação de ativos e passivos no setor público, é correto afirmar:

- (A) o controle do recurso não basta para caracterizar um ativo sem expectativa de entrada líquida de caixa, e uma obrigação somente origina passivo quando decorrer de vínculo jurídico formalmente constituído.
- (B) um recurso sem propriedade legal somente pode ser reconhecido como ativo após a transferência de domínio, e uma obrigação presente somente constitui passivo quando possuir prazo determinado para sua extinção.
- (C) a propriedade legal é requisito indispensável para caracterizar um ativo, e uma obrigação não legalmente vinculada somente origina passivo quando puder ser exigida judicialmente por terceiro identificado.
- (D) o controle de recurso de terceiro permite reconhecer ativo apenas quando houver intenção de adquiri-lo, e uma obrigação não legalmente vinculada somente constitui passivo após previsão na execução orçamentária.
- (E) a propriedade legal não é condição essencial para caracterizar um ativo, e uma obrigação não legalmente vinculada pode originar passivo quando constituir obrigação presente que não possa ser evitada pela entidade.

58. Uma entidade pública possui obrigação presente resultante de um evento passado e consegue estimar seu valor de forma confiável.

Quanto à probabilidade de saída de recursos, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a saída de recursos for provável, reconhece-se provisão no passivo; se for possível, evidencia-se passivo contingente em notas explicativas; se for remota, a divulgação do evento é dispensada.
- (B) Se a saída de recursos for provável, a provisão depende apenas da obrigação presente; se for possível, registra-se provisão em contas de controle; se for remota, reconhece-se passivo contingente no passivo.
- (C) Se a saída de recursos for provável, reconhece-se provisão no passivo; se for possível ou remota, reconhece-se passivo contingente em contas patrimoniais e, cumulativamente, em notas explicativas.
- (D) Se a saída de recursos for provável, reconhece-se passivo contingente; se for possível, constitui-se provisão no passivo; se for remota, o evento deve permanecer divulgado em notas explicativas.
- (E) Se a saída de recursos for provável, evidencia-se apenas passivo contingente; se for possível, dispensa-se a divulgação; se for remota, reconhece-se provisão no passivo em conta patrimonial específica.

59. Uma entidade pública apresentou os seguintes dados ao encerramento do exercício, em R\$ mil:

Informação	Valor
Saldo do exercício anterior	240
Saldo para o exercício seguinte	310
Ativo Financeiro	470
Passivo Financeiro	515

Com base nesses dados, o resultado financeiro do exercício e o superávit ou déficit financeiro são, respectivamente:

- (A) resultado financeiro positivo de R\$ 310 mil e déficit financeiro de R\$ 45 mil.
- (B) resultado financeiro positivo de R\$ 70 mil e déficit financeiro de R\$ 45 mil.
- (C) resultado financeiro positivo de R\$ 45 mil e déficit financeiro de R\$ 70 mil.
- (D) resultado financeiro negativo de R\$ 70 mil e déficit financeiro de R\$ 45 mil.
- (E) resultado financeiro positivo de R\$ 70 mil e superávit financeiro de R\$ 45 mil.
60. No encerramento do exercício, uma entidade pública apresentou os seguintes valores no Balanço Orçamentário, em R\$ mil:

Informação	Valor
Previsão atualizada da receita	1.500
Receita realizada	1.420
Dotação atualizada da despesa	1.600
Despesa empenhada	1.380

Obs. Não houve operações de refinanciamento nem utilização de saldos de exercícios anteriores.

Com base nesses dados, é correto afirmar que houve

- (A) insuficiência de arrecadação de R\$ 80 mil, saldo de dotação de R\$ 180 mil e déficit orçamentário de R\$ 40 mil.
- (B) excesso de arrecadação de R\$ 80 mil, saldo de dotação de R\$ 220 mil e superávit orçamentário de R\$ 40 mil.
- (C) insuficiência de arrecadação de R\$ 180 mil, saldo de dotação de R\$ 220 mil e superávit orçamentário de R\$ 80 mil.
- (D) insuficiência de arrecadação de R\$ 80 mil, saldo de dotação de R\$ 220 mil e superávit orçamentário de R\$ 40 mil.
- (E) excesso de arrecadação de R\$ 40 mil, saldo de dotação de R\$ 180 mil e déficit orçamentário de R\$ 80 mil.

61. Durante o exercício, uma entidade pública apresentou os seguintes valores, em R\$ mil:

Variações patrimoniais reconhecidas no período	Valor
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – VPA	900
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	240
Pessoal e Encargos – VPD	620
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – VPD	310

No mesmo período, foram arrecadados R\$ 180 mil referentes a créditos tributários, cuja VPA havia sido reconhecida no exercício anterior. Nesse caso, o resultado patrimonial do período apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais é:

- (A) déficit patrimonial de R\$ 390 mil.
- (B) superávit patrimonial de R\$ 30 mil.
- (C) superávit patrimonial de R\$ 210 mil.
- (D) superávit patrimonial de R\$ 390 mil.
- (E) déficit patrimonial de R\$ 210 mil.

62. Uma entidade pública apresenta R\$ 10 milhões em caixa e equivalentes de caixa, dos quais R\$ 2,5 milhões, considerados significativos, correspondem a depósitos de terceiros classificados nesse grupo, mas indisponíveis para uso pela entidade.

Quanto à evidenciação, é correto afirmar que

- (A) os R\$ 2,5 milhões dispensam divulgação em nota explicativa, pois sua classificação como caixa e equivalentes já assegura evidenciação suficiente na Demonstração dos Fluxos de Caixa e no Balanço Patrimonial.
- (B) os R\$ 2,5 milhões devem ser, obrigatoriamente, reclassificados para o ativo não circulante, pois recursos indisponíveis não podem permanecer entre caixa e equivalentes nem ter sua restrição evidenciada apenas em nota explicativa.
- (C) os R\$ 2,5 milhões devem ser destacados em nota explicativa, com indicação da restrição de uso, devendo a entidade divulgar os componentes de caixa e equivalentes e conciliá-los com os valores apresentados no Balanço Patrimonial.
- (D) somente os R\$ 7,5 milhões disponíveis devem permanecer como caixa e equivalentes, enquanto os R\$ 2,5 milhões restritos devem ser registrados exclusivamente em contas de controle, sem divulgação adicional nas demonstrações.
- (E) os R\$ 10 milhões podem permanecer como caixa e equivalentes sem divulgação adicional, desde que a indisponibilidade dos R\$ 2,5 milhões decorra de depósitos de terceiros e não de restrição imposta por decisão judicial.

63. A seguridade social é regida pelo princípio da

- (A) irredutibilidade do valor dos benefícios, segundo o qual o valor nominal dos benefícios da seguridade social não pode ser reduzido.
- (B) contributividade, segundo o qual as prestações da seguridade social devem ser custeadas pelos trabalhadores, por meio de contribuições sociais.
- (C) solidariedade, segundo o qual as prestações da seguridade social devem ser custeadas pela sociedade, por meio de impostos.
- (D) reserva orçamentária, segundo o qual os entes federados devem manejar seus orçamentos de modo a arcar com as contingências sociais que se apresentarem.
- (E) universalidade, segundo o qual as prestações devem cobrir apenas as contingências sociais de maior relevância.

64. Berenice, servidora pública federal filiada ao regime próprio de previdência, percebeu, no mês de maio de 2026, as seguintes parcelas remuneratórias: vencimento-base, dois adicionais por tempo de serviço, auxílio-alimentação e diárias de viagem.

Nessas condições, é correto afirmar que a contribuição previdenciária devida por Berenice incidirá somente sobre a(s) seguinte(s) parcela(s):

- (A) vencimento-base, dois adicionais por tempo de serviço, auxílio-alimentação e diárias de viagem.
- (B) vencimento-base, dois adicionais por tempo de serviço e auxílio-alimentação.
- (C) vencimento-base.
- (D) vencimento-base, dois adicionais por tempo de serviço e diárias de viagem.
- (E) vencimento-base e dois adicionais por tempo de serviço.

65. Pedro, titular de emprego público federal desde 15 de dezembro de 2010, assumiu cargo em comissão na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo aos 17 de março de 2019. No mês seguinte, contudo, Pedro veio a falecer, deixando a companheira e dois filhos menores.

Nessas circunstâncias, os dependentes do servidor fazem jus a pensão por morte devida pelo

- (A) Regime Próprio dos Servidores da União.
- (B) Regime Próprio dos Servidores do Estado de São Paulo.
- (C) Regime Geral de Previdência Social.
- (D) Regime Geral de Previdência Social e pelo Regime Próprio dos Servidores da União.
- (E) Regime Geral de Previdência Social e pelo Regime Próprio dos Servidores do Estado de São Paulo.

66. A Reforma da Previdência, levada a efeito pela Emenda Constitucional nº 103/2019, editada com o objetivo de fazer valer o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios de previdência social,

- (A) assegurou filiação ao Regime Próprio de Previdência Social a todos os servidores titulares de cargo efetivo.
- (B) contemplou os dependentes de policiais civis com pensão especial, na hipótese de morte decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função.
- (C) condicionou a aposentadoria voluntária à idade mínima de 62 anos, se mulher, e 65 anos, se homem, em todos os regimes próprios.
- (D) impôs a exigência de contribuições extraordinárias a todos os regimes próprios que apresentem déficit atuarial.
- (E) garantiu reajuste paritário às aposentadorias e pensões por morte devidas pelo regime.

67. Suponha que embora a Emenda Constitucional nº 103 tenha sido publicada em 13 de novembro de 2019, a publicação da lei que a referendou em um dado ente subnacional apenas ocorreu aos 7 de março de 2020.

Nesse caso, se um servidor titular de cargo efetivo faleceu em 15 de janeiro de 2020, mas seus dependentes requereram a pensão por ele legada em 15 de abril de 2020, é correto afirmar que esse benefício será calculado na forma estabelecida pela

- (A) Emenda Constitucional nº 103/2019.
- (B) Emenda Constitucional nº 47/2005.
- (C) Emenda Constitucional nº 41/2003.
- (D) Emenda Constitucional nº 70/2012.
- (E) referida lei do ente subnacional.

68. A Constituição da República veda a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios no regime próprio de previdência social. Admite, no entanto, que, por meio de lei complementar do respectivo ente federativo, sejam estabelecidos

- (A) idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo, de policial civil ou de oficial de justiça.
- (B) forma de cálculo e reajuste diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo, de policial civil ou de oficial de justiça.
- (C) forma de cálculo e reajuste diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos, de acordo com a categoria profissional ou ocupação.
- (D) idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- (E) idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos, de acordo com a categoria profissional ou ocupação.

69. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a aposentadoria é exemplo de ato jurídico

- (A) complexo, que se aperfeiçoa quando o Tribunal de Contas registra o ato concessivo emanado pelo gestor de previdência.
- (B) simples, que se aperfeiçoa com o registro pelo Tribunal de Contas.
- (C) simples, que se aperfeiçoa com o ato concessivo emanado pelo gestor de previdência.
- (D) complexo, que se aperfeiçoa quando o gestor de previdência torna público o ato de registro no Tribunal de Contas.
- (E) composto, que se aperfeiçoa quando o gestor de previdência torna público o ato de registro no Tribunal de Contas.

70. O § 22, do art. 40 da Constituição da República, estabelece que lei complementar federal contemplará normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade na gestão dos regimes próprios de previdência.

Apesar de esse diploma normativo ainda não ter sido editado, algumas normas vigentes fazem suas vezes, estabelecendo, por exemplo, que

- (A) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão estabelecer alíquota equivalente à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.
- (B) os entes federados são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio somente quando comprovado que as insuficiências decorreram de gestão dos fundos em desacordo com a legislação vigente.
- (C) os recursos de regime próprio de previdência social não poderão ser aplicados na concessão de empréstimos a seus segurados.
- (D) a cobertura alcançará exclusivamente os servidores públicos titulares de cargos efetivos e os militares, e seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, autorizado ainda o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios.
- (E) os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula.

71. Maria trabalhou por 10 (dez) anos como advogada contratada nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. Em seguida, foi aprovada em concurso público e exerceu cargo efetivo de Procuradora Municipal por 22 (vinte e dois) anos, findos os quais obteve aposentadoria pelo ente gestor de previdência do Município.

Nesse cenário hipotético, é correto supor que

- (A) o Regime Próprio de Previdência do Município, na condição de regime de origem, compensará financeiramente o Regime Geral de Previdência Social.
- (B) o Regime Próprio de Previdência da União, na condição de regime de origem, compensará financeiramente o Regime Próprio de Previdência do Município.
- (C) o Regime Próprio de Previdência do Município, na condição de regime instituidor, compensará financeiramente o Regime Geral de Previdência Social.
- (D) o Regime Geral de Previdência Social, na condição de regime de origem, compensará financeiramente o Regime Próprio de Previdência do Município.
- (E) o Regime Geral de Previdência Social, na condição de regime instituidor, compensará financeiramente o Regime Próprio de Previdência do Município.

72. A respeito do regime de previdência complementar (RPC) para os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, é correto afirmar que

- (A) o RPC somente será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar.
- (B) o RPC oferecerá plano de benefícios nas modalidades contribuição definida ou benefício definido.
- (C) com a instituição do RPC, os benefícios devidos pelo regime próprio observarão o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência.
- (D) aos entes federados é facultado instituir RPC para seus servidores ocupantes de cargos efetivos.
- (E) a instituição de RPC implica a migração de todos os servidores vinculados ao respectivo regime próprio para o novo regime.

73. Está sendo redigido um projeto de lei visando autorizar a criação de uma empresa pública no Estado. Tendo em vista o que dispõe a Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016), no projeto de lei, deverá haver diretrizes e restrições a serem consideradas na elaboração do estatuto da companhia, em especial sobre

- (A) constituição e funcionamento do Conselho de Administração, observados o número mínimo de 7 (sete) e o número máximo de 15 (quinze) membros.
- (B) requisitos específicos para o exercício do cargo de diretor, observado o número mínimo de 5 (cinco) diretores.
- (C) avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade quinquenal, dos administradores e dos membros de comitês.
- (D) prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e dos indicados para o cargo de diretor, que será unificado e não superior a 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.
- (E) prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal não superior a 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.

74. A constituição de consórcio público deve ser realizada mediante o cumprimento dos seguintes atos, nesta ordem:

- (A) autorização da assinatura do contrato de convênio mediante lei, decreto autorizando a celebração do contrato e publicação do contrato na imprensa oficial.
- (B) subscrição de protocolo de intenções, publicação do protocolo de intenções na imprensa oficial, ratificação mediante lei e assinatura do contrato de consórcio.
- (C) decreto autorizando a subscrição do protocolo de intenções, assinatura do protocolo de intenções, ratificação do protocolo pelo chefe do Poder Executivo e assinatura do contrato de consórcio.
- (D) publicação de lei autorizando a celebração do protocolo, assinatura do contrato de consórcio e publicação do contrato na imprensa oficial.
- (E) decreto autorizando a subscrição do protocolo de intenções, assinatura do protocolo de intenções, assinatura do contrato de consórcio e ratificação do contrato mediante lei.

75. Acerca do Conselho de Administração de uma associação qualificada como organização social, nos termos do que dispõe a Lei nº 9.637/1998, pode-se corretamente afirmar que

- (A) o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo.
- (B) os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (C) o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de quatro anos.
- (D) deve ser composto por 15 a 30% de representantes do Poder Público.
- (E) os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, nem mesmo ajuda de custo por reunião da qual participem.

76. O Município Z instaurou procedimento licitatório para a aquisição de *tablets* destinados aos alunos da rede pública de ensino. No Termo de Referência anexo ao edital, constou a indicação expressa da marca do bem a ser adquirido. A justificativa apresentada pelo órgão gestor seria a maior durabilidade, confiabilidade e desempenho do produto em relação às demais opções do mercado.

Acerca do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que

- (A) enseja obrigatoriamente a contratação direta, uma vez que a preferência por marca específica caracteriza o procedimento licitatório e atrai a hipótese de inexigibilidade de licitação.
- (B) é legal e legítima, em observância ao princípio da eficiência, desde que a autoridade competente ateste, por parecer motivado, a superioridade tecnológica do produto escolhido.
- (C) é válida de forma irrestrita, tendo em vista que a restrição de marca é admitida discricionariamente pela Administração quando os bens são destinados a programas sociais de educação.
- (D) é irregular, pois a alegação genérica de maior durabilidade e desempenho não justifica o direcionamento, devendo a Administração fixar especificações técnicas objetivas no edital ou admitir produto equivalente.
- (E) é regular, desde que a indicação venha acompanhada de ato de ratificação do prefeito municipal, hipótese que supre formalmente a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

77. A Administração Pública Estadual tomou ciência de que, no último concurso público para o cargo de professor na rede pública de educação, um membro da banca examinadora teria divulgado o conteúdo da prova de seleção para determinadas pessoas. O concurso foi homologado no mês de agosto de 2022. Acerca da possibilidade de anular o ato administrativo de homologação do concurso, tendo em vista o disposto na Lei do Processo Administrativo Federal (Lei Federal nº 9.784/1999) e na Lei Estadual nº 10.177/1998, considerando eventual controle concentrado de constitucionalidade realizado, pode-se corretamente afirmar que

- (A) não é mais possível anular o ato administrativo de homologação, tendo em vista o decurso do prazo decadencial de 3 (três anos).
- (B) o prazo para a anulação é de 10 (dez) anos.
- (C) eventual anulação deve ser realizada se comprovado prejuízo ao certame, mediante provocação de algum candidato prejudicado, assegurado o contraditório e ampla defesa a todos os envolvidos.
- (D) a anulação, decorrente de ilegalidade, pode ser feita a qualquer tempo, pois o ato nulo não convalesce pelo decurso do tempo.
- (E) o prazo para a anulação é de 5 (cinco) anos.

78. A pessoa jurídica X, permissionária do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros por meio de ônibus, passou a registrar expressivo e reiterado desequilíbrio econômico no contrato em razão da brusca elevação no preço do combustível, provocada pela eclosão de um conflito armado internacional em região produtora de petróleo. Diante desse cenário, a permissionária requereu formalmente ao Poder Permitente a revisão da tarifa cobrada dos usuários para recompor a equação econômico-financeira do contrato. O pleito, contudo, foi indeferido pela Administração Pública sob o argumento de que a variação de preços de insumos integra o risco do negócio.

Tendo em vista o disposto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pode-se corretamente afirmar que

- (A) a decisão administrativa é regular, uma vez que a oscilação no valor dos combustíveis é classificada juridicamente como álea ordinária, sendo o risco integralmente assumido pelo delegado do serviço público.
- (B) o reequilíbrio econômico-financeiro por variação de insumos só seria cabível se a elevação do preço do combustível fosse provocada por ato direto e específico do próprio Poder Permitente (fato do príncipe).
- (C) a negativa do Poder Permitente é ilícita, pois o conflito armado internacional caracteriza evento extraordinário e imprevisível (teoria da imprevisão), assegurando à permissionária o direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (D) a garantia do equilíbrio econômico-financeiro é restrita aos contratos de concessão, não se aplicando à permissão de serviço público dada a sua natureza jurídica precária e unilateral.
- (E) a elevação do custo do combustível autoriza o aumento automático da tarifa pela própria permissionária, independentemente de prévia concordância ou apuração do impacto financeiro pelo Poder Permitente.

79. A pessoa jurídica "Z", por intermédio de seus diretores, praticou ato lesivo contra a Administração Pública ao fraudar o equilíbrio econômico-financeiro de contrato administrativo, conduta tipificada pela Lei nº 12.846/2013. Em razão do ilícito, a pessoa jurídica "Z" foi condenada à sanção de multa correspondente a 10% do seu faturamento bruto. Posteriormente à ocorrência dos fatos, a pessoa jurídica "Z" foi objeto de regular operação societária de incorporação pela pessoa jurídica "X".

Tendo em vista as disposições expressas da Lei nº 12.846/2013 sobre a sucessão e alteração societária, assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade da pessoa jurídica "X" (sucessora).

- (A) Abrange de forma ilimitada o pagamento da multa e a reparação do dano, além de sujeitar a incorporadora às demais sanções administrativas e judiciais previstas na Lei, independentemente da data da operação de incorporação.
- (B) É restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções decorrentes de atos ocorridos antes da incorporação, salvo comprovada simulação ou fraude.
- (C) Limita-se exclusivamente à obrigação de reparar o dano causado, ficando a pessoa jurídica sucessora isenta do pagamento da multa pecuniária decorrente do ato lesivo praticado pela incorporada.
- (D) Fica condicionada ao valor do faturamento bruto da própria pessoa jurídica "X" (incorporadora), que responderá subsidiariamente e apenas no caso de insolvência dos diretores causadores do dano.
- (E) Fica integralmente extinta a responsabilidade pelo pagamento da multa, uma vez que a sanção administrativa aplicada à incorporada possui caráter pessoal (*intuitu personae*), respondendo apenas os diretores que praticaram o ato.

80. A companhia X, Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída sob a forma de sociedade por ações, atua como parceira privada em contrato de Parceria Público-Privada (PPP) regido pela Lei nº 11.079/2004. Pretendendo transferir seu controle acionário para outra sociedade anônima, a companhia consulta sua assessoria jurídica sobre a viabilidade e os requisitos legais da operação.

Considerando as disposições da Lei nº 11.079/2004 e da Lei nº 8.987/1995, assinale a alternativa correta.

- (A) A transferência do controle da SPE é condicionada à autorização expressa da Administração Pública, devendo a pretendente atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal, além de comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.
- (B) A transferência do controle societário é livremente permitida entre pessoas jurídicas privadas, bastando a posterior notificação ao Poder Concedente no prazo estipulado contratualmente.
- (C) A transferência do controle acionário da SPE sem a prévia anuência da Administração Pública enseja apenas a aplicação de penalidade pecuniária (multa), mantendo-se hígido o contrato de parceria.
- (D) A concordância da Administração Pública com a transferência do controle extingue as obrigações e garantias do contrato original, exigindo a celebração de novo procedimento licitatório.
- (E) A alteração do controle acionário da SPE é vedada em qualquer hipótese, visto que os contratos administrativos possuem caráter estritamente pessoal (*intuitu personae*) e insuscetível de modificação subjetiva.

